

CONTAS PÚBLICAS

Superávit primário vai a 7,43% do PIB

As receitas menos despesas, fora gastos com juros, atingiram R\$ 11,4 bilhões em janeiro

Mariana Mazza/InvestNews e
Agência Brasil
de Brasília

O superávit primário (receita menos despesas, fora o gasto com juros) do setor público consolidado em janeiro — a soma dos saldos obtidos pela União, estados, municípios e empresas estatais — ficou em R\$ 11,4 bilhões, atingindo o melhor nível para o mês em toda a série divulgada pelo Banco Central (BC), iniciada em 1947. O resultado corresponde a 7,43% do Produto Interno Bruto (PIB) e recupera, com sobra, o déficit de R\$ 3,716 bilhões, registrado em dezembro.

No mês passado, os governos regionais tiveram superávit de R\$ 3,3 bilhões. Os governos estaduais contribuíram com um superávit de R\$ 2,119 bilhões, enquanto os municipais tiveram saldo positivo de R\$ 1,144 bilhão. O governo central (Tesouro Nacional, Banco Central e Instituto Nacional de Seguridade Social) foi superavitário em R\$ 8,507 bilhões.

As empresas estatais registraram déficit de R\$ 398 milhões no primeiro mês do ano. Embora as estatais estaduais e municipais tenham apresentado superávit de R\$ 1,121 bilhão e R\$ 5 milhões, respectivamente, o esforço não foi suficiente para compensar o déficit das federais, de R\$ 1,524 bilhão.

A dívida líquida do setor público ficou em R\$ 955,9 bilhões, reduzindo de 51,9% para 51,5% a proporção entre a dívida líquida e o Produto Interno Bruto (PIB), atualmente calculado em R\$ 1,778 trilhão.

As perspectivas anteriores divulgadas pelo próprio Banco Central (BC) de que a dívida líquida do setor público crescerá em janeiro foram positivamente frustradas com a ajuda do câmbio. O chefe do Departamento Econômico do BC, Alta-

mir Lopes, explicou que o câmbio estava muito apreciado em circunstâncias anteriores e que a queda do dólar colaborou com a redução da dívida em R\$ 1,096 bilhão, fechando o mês em R\$ 955,9 bilhões.

Para Lopes, a trajetória de queda na relação entre dívida líquida do setor público consolidado e Produto Interno Bruto (PIB) está sendo mantida. Em comparação com janeiro de 2004, o percentual de participação da dívida no PIB passou de 57% para 51,5%, no primeiro mês de 2005.

Lopes não opinou sobre as perspectivas do BC quanto à dívida nos próximos meses. O BC deverá divulgar projeções para as contas públicas apenas em março, como é de praxe na instituição. A apreciação cambial nas contas públicas foi de 1,1%, calculada com base no dólar a R\$ 2,62. “Mantido o câmbio estável, essa relação dívida/PIB deve se manter”, afirmou Lopes.

Além disso, o crescimento do PIB contribuiu para uma queda de 0,3 ponto percentual na relação com a dívida. O robusto superávit primário alcançado em janeiro também foi listado como fator de controle da dívida pública. No primeiro mês do ano, o setor público consolidado registrou superávit histórico de R\$ 11,4 bilhões. A dívida bruta do go-

verno geral — composto por governo federal, Previdência e governos estaduais e municipais — sofreu aumento em janeiro no comparativo com dezembro de 2004. O total bruto da dívida subiu de R\$ 1,331 trilhão para R\$ 1,339 trilhão. Mesmo assim, a participação no PIB permaneceu estável, em 72,2%.

Lopes justificou o superávit primário do setor público consolidado recorde de janeiro com a atividade econômica do País. Segundo ele, o superávit de R\$ 11,4 bilhões demonstra que a tendência positiva de ajuste nas contas públicas deverá manter-se neste ano.

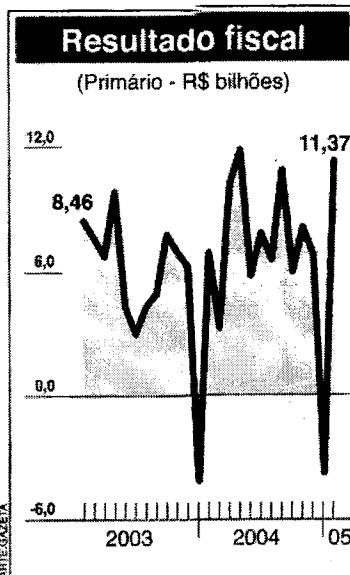
“As finanças públicas mostram, de fato, todo o comprometimento com o saneamento fiscal. Este é um resultado muito positivo”, afirmou. Outro número recorde na série de contabilizada pelo Banco Central é o acumulado do esforço fiscal nos últimos 12 meses. Entre fevereiro de 2004 e janeiro de 2005, o setor público acumulou R\$ 85,534 bilhões em superávit primário.

O conjunto dos governos regionais foi superavitário e atingiu patamares superiores aos registrados no mesmo período de 2004, o que colaborou com o resultado deste ano. Houve um ganho de R\$ 922 milhões nas contas dos estados e municípios, fechando janei-

ro de 2005 em R\$ 3,263 bilhões.

Os juros pagos em janeiro somaram R\$ 12,275 bilhões, de acordo com o economista do BC. Mais, portanto, que o montante pago no mês anterior (R\$ 11,569 bilhões) e do mesmo mês de 2004 (R\$ 10,967 bilhões); já o déficit nominal caiu, e manteve a trajetória descendente — voltou a atingir o menor nível da série, e está em R\$ 44 bilhões (2,5% do PIB).

O relatório do BC registra que a dívida mobiliária federal fora do BC aumentou R\$ 16,4 bilhões em janeiro, totalizando R\$ 826,7 bilhões, ou 44,6% do PIB. Resultado que reflete emissões líquidas de R\$ 5,5 bilhões em títulos e incorporação de juros no valor de R\$ 10,9 bilhões. O relatório também destaca as emissões de R\$ 21,6 bilhões em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), contra resgates de letras e Notas do Tesouro Nacional (NTN) equivalentes a R\$ 16 bilhões. A participação dos títulos indexados ao câmbio continua em queda, de 4,9%, em dezembro, para 4,3% no mês passado, em decorrência do resgate de NFTs e da valorização do real em relação ao dólar. Os títulos vinculados à taxa Selic aumentaram sua proporção na dívida mobiliária, de 54% para 55,6% no mês, como resultado da emissão de LFTs e da incorporação de juros. Do total da dívida mobiliária, R\$ 318,4 bilhões (38,5%) vencem neste ano; R\$ 253,2 bilhões (30,6%) se referem a compromissos em 2006; e os restantes R\$ 255,1 bilhões (30,9%) vencem a partir de 2007. Os números do BC mostram que a duração média de vencimento dos títulos emitidos pela instituição caiu de 15,8 meses, em dezembro de 2004, para 14,7 meses, no mês passado; e a duração média dos títulos do Tesouro baixou de 11,2 para 11 meses.



Fontes: BCB e Centro de Informações da Gazeta Mercantil